



Formalização do emprego e permanência das desigualdades de gênero

Marilane Oliveira Teixeira Dezembro de 2014

- Os avanços econômicos e sociais registrados na década 2003-2013 impulsionaram o mercado de trabalho de forma positiva, possibilitando que parcela significativa dos empregos gerados se desse em condições mais favoráveis, com a ampliação do emprego formal.
- A participação das mulheres, dessa forma, foi ampliada em praticamente todos os setores e grupos ocupacionais, mas com pouca ou quase nenhuma alteração na estrutura ocupacional e de atividades econômicas, ou seja, as mulheres permaneceram inseridas nas mesmas atividades econômicas do início da década de 2000 e cresceram em setores tradicionais como comércio e serviços com maior histórico de precarização.
- Além disso, as desigualdades salariais e de inserção de homens e mulheres na estrutura produtiva praticamente não se alteraram. Trata-se de elementos estruturantes que em uma sociedade desigual e capitalista não se superam apenas por ação do crescimento da atividade econômica e pela ampliação do mercado de trabalho.



Sumário

Introdução	3
Os primeiros debates acerca das desigualdades entre mulheres e homens no mercado de trabalho	3
2. A inserção das mulheres no mercado de trabalho no Brasil	6
3. Análise dos dados sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho	7
4. Considerações finais	16
5. Referências bibliográficas	17



Introdução

Os avanços econômicos e sociais registrados na década, 2003-2013, impulsionaram o mercado de trabalho de forma positiva, possibilitando que parcela significativa dos empregos gerados se desse em condições mais favoráveis, com a ampliação do emprego formal.

Dessa forma, ampliou a participação das mulheres em praticamente todos os setores e grupos ocupacionais, mas com pouca ou quase nenhuma alteração na estrutura ocupacional e de atividades econômicas, ou seja, na realidade, as mulheres permaneceram inseridas nas mesmas atividades econômicas do início da década de 2000 e cresceram em setores tradicionais como comércio e serviços com maior histórico de precarização. Estamos falando, portanto, de uma estrutura de produção que reitera a permanência das mulheres nos espaços tradicionalmente destinados a elas, além de produzir poucas alterações em relação à ampliação de sua presença em setores tradicionalmente masculinos. Em qualquer dos aspectos em que se analisa a remuneração, a média dos rendimentos femininos sempre será inferior à dos homens, mesmo naquelas atividades em que há predominância de mulheres.

Nesse contexto é que se insere a divisão sexual do trabalho, ao atribuir maior valor a tudo que se refere ao masculino, sugerindo uma hierarquia social.

1. Os primeiros debates acerca das desigualdades entre mulheres e homens no mercado de trabalho

Em qualquer contexto histórico em que se analisam as relações sociais de sexo, identificar-se-á uma relação de complementaridade entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo. É nessa interação que identificamos a permanência de condições de desigualdade entre mulheres e homens, mesmo em

contextos mais favoráveis, quando as mulheres se inserem de forma permanente no mercado de trabalho e alcançam níveis de instrução superior ao sexo masculino.

A opressão das mulheres não surgiu com o advento da sociedade de classes, pois em todas as formações sociais mulheres e homens foram reinseridos segundo sua posição na sociedade recriando, com isso, novas formas de dominação ao combinar relações sociais de sexo com a dominação de classe.

Historicamente vivemos numa sociedade em que dominam relações de gênero patriarcais, em que as construções simbólicas e as elaborações culturais se materializam em práticas sociais hierarquizadas, no caso o masculino sobrepõe-se ao feminino, resultando numa condição de prestígio, privilégios e poder maior para os homens e numa situação de subordinação para as mulheres, que por sua vez se edifica e se reproduz em relações de trabalho, produção e reprodução baseadas na diferenciação entre os sexos. 'Dessa forma, podemos pensar que as identidades sexuais não são dados inerentes à biologia dos sexos e sim construções sociais, históricas e culturalmente específicas, passíveis de transformação" (SARDENBERG, 1992).

Nas formações sociais pré-capitalistas, exceto nos sistemas de escravidão, a força de trabalho atuava de forma cooperativa, constituindo a base familiar em um centro independente de produção; o mundo do trabalho e o mundo doméstico se complementavam. Com o advento das sociedades industriais, há uma ruptura com esse modelo de unidade familiar.

Nesse período, as mulheres detinham grande capacidade produtiva, estavam organizadas na base das indústrias familiar e doméstica e não se identificava uma linha divisória entre as ocupações domésticas e as de outros ramos de trabalho. Desta forma, tornava-se difícil distinguir o quanto era destinado ao mercado e o quanto estava voltado para o consumo familiar. Mas como o trabalho, nessa época,



era igualmente produtivo tanto para fins domésticos quanto para o comércio, não era necessário discriminar entre essas duas classes de produção para estimar a extensão da dependência social dos serviços das mulheres (Clark, 1919:290-91).

Para Clark, a mulher, que faz o filamento para vestir sua família e a que fornece para sua produção doméstica leite e queijo, ovos e carne suína, frutas e vegetais, produz exatamente os mesmos bens, nada mais e nada menos que se houvesse produzido para o mercado, e não faz nenhuma diferença para seu valor real se esses bens são consumidos pela sua própria família ou por outras famílias (1919:291)¹.

A história da posição das mulheres nas profissões segue um curso muito semelhante ao de seu desenvolvimento na indústria; tinha trabalho para o qual elas pareciam peculiarmente adaptadas por disposição ou dons naturais, quando este tipo de trabalho era incluído na esfera doméstica, entretanto, saía gradualmente de suas mãos quando era transferido para o âmbito do mercado.

Segundo Scott, no período em que precede a industrialização, as mulheres já trabalhavam regularmente fora de suas casas. Casadas e solteiras vendiam bens nos mercados, obtinham rendimentos com o pequeno comércio ou como vendedoras ambulantes, empregavam-se em trabalhos eventuais como amas, criadas, lavadeiras ou trabalhavam em oficinas de cerâmica, confecção de roupas e produtos de metal. Em busca de salários, as mulheres ingressavam em uma ampla gama de trabalho (1993:405-35).

Para Clark, o advento do capitalismo e o surgimento da grande indústria alteram significativamente a posição econômica das mulheres de três formas: (i) através da substituição do salário familiar pelo salário individual, possibilitando aos homens se organizarem para competir no mercado de trabalho, sem compartilhar com as mulheres; (ii) pelo rápido aumento da riqueza que permitiu que as mulheres das classes superiores se retirassem de todas as relações com os negócios da família; e (iii) pela incorporação dos homens, que se dedicavam a alguma corporação de oficio, ao trabalho nas indústrias sem que houvesse possibilidade da mulher seguir no emprego de seu marido.

Portanto, antes do capitalismo industrial, a família, ou o lar, era o local de produção e o trabalho feito pelas mulheres – cozinhar, enlatar, plantar, conservar, fazer parto, cuidar das crianças – era tão central para a atividade econômica dessa extensa família quanto o trabalho feito pelos homens. Mas com a industrialização e a transferência da produção de bens da casa para o local de trabalho, as mulheres que, inicialmente, na maior parte não entraram no local de trabalho, eram vistas como "improdutivas", em contraste aos homens assalariados "produtivos".

Uma das principais decorrências do processo de industrialização entre os séculos XVIII e XX diz respeito ao desaparecimento da família como unidade de produção, a separação entre o trabalho reprodutivo e produtivo e o deslocamento do trabalho produtivo do âmbito doméstico e da indústria familiar para as fábricas. A nova ordem econômica gerou formas de segregação sexual no trabalho, que se concretizou, de um lado, pela atribuição exclusivamente feminina das tarefas reprodutivas e, por outro, pela designação aos homens das responsabilidades pelas atividades produtivas.

A identificação do trabalho feminino com certos empregos e como mão-de-obra mais barata institucionaliza e consolida-se ao longo do século XIX, através dos discursos reformistas, vindos principalmente de legisladores

¹ Ainda assim, ao medir a prosperidade de um país, a produção doméstica é menosprezada, uma vez que o trabalho dedicado a ela não é remunerado, não há um padrão técnico para estimar seu valor.



e da própria igreja. Com isso, naturalizam-se as relações entre os sexos, sancionando a ordem social, dando forma e sentido. Essa nova ordem romper-se-á apenas nos períodos de guerra, em que a mão-de-obra feminina será convocada para ocupar os postos de trabalho masculinos (Ballarín, 2010:18).

Heidi Hartmann sugere que há uma "base material" do patriarcado no capitalismo e isto não se resume apenas à educação das crianças na família, mas em todas as estruturas que permitem ao homem controlar o trabalho das mulheres (Hartmann, 1979:12). Por exemplo, no início do século XIX, mulheres e crianças eram forçadas a trabalhar em empregos duros, sujos e mal pagos, seja em minas de carvão, seja na indústria têxtil ou outras. Mas esses abusos eram tão abertamente opressivos, que as leis relativas às fábricas começaram a proibir que a força de trabalho feminina e infantil fosse empregada em tais ocupações. Os homens, então, "procuraram preservar os trabalhos bem pagos para si mesmos e aumentar os salários dos homens em geral" (Hartmann, 1979:16).

À medida que o capitalismo se desenvolvia, permaneciam os preconceitos patriarcais. As mulheres ficavam em casa, eram encaminhadas a "profissões femininas", como enfermagem e ensino, o que reforça a crença de que as mulheres, sendo menos capacitadas que os homens, só podem exercer funções extensivas de sua tendência "natural", isto é, cuidar dos outros (Brandt, 1995:38).

Segundo Matthaei, na primeira metade do século XIX – início da fase industrial do capitalismo –, os capitalistas encontraram dificuldade para atrair os homens, de maneira que deixassem sua produção doméstica e viessem trabalhar nas fábricas, o que levou à política do salário-família, que beneficiou os homens que almejavam salários com os quais pudessem sustentar suas famílias, deixando mulhe-

res e crianças em casa. A mudança das normas sociais em relação aos trabalhos próprios para homens e mulheres foi crucial para as economias capitalistas do século XIX (Carrasco, 2008).

As mulheres podiam ter alguns postos de trabalho, que pagavam menos, porque eram mulheres, e isto também as incentivava a ficar em casa, cumprindo o papel de mães e esposas. A base material para a opressão dos homens sobre as mulheres, o patriarcado, era assegurada relegando as mulheres a empregos mal pagos, muitas vezes análogos ao trabalho doméstico (Hartmann, 1979; Folbre 1994: 95).

Um dos primeiros debates socioeconômicos relacionados com o trabalho das mulheres, que tem lugar depois do nascimento da economia neoclássica, é o "debate sobre a igualdade salarial". Embora tal debate tenha sua origem no final do século XIX, será durante a 1ª guerra mundial (1914-1918) que se manifestará com mais força.

Para Pujol (1992), este debate não se reduziu apenas à igualdade entre homens e mulheres, mas introduziu diversos temas relacionados com a situação das mulheres na sociedade capitalista, como: o acesso das mulheres ao emprego; s desiguais condições de emprego entre sexos; a concepção das mulheres como mães e esposas; a contribuição das mulheres para o bem-estar, tanto através do trabalho pago como do trabalho não pago; a dependência do capitalismo com o trabalho das mulheres e a relação entre sistemas de classes e de sexo em uma sociedade patriarcal capitalista.

Ao tratar do problema do salário, o debate proporcionou uma discussão conceitual sobre o "salário familiar" pago aos homens. Neste debate, colocavam-se duas posições sobre se os salários das mulheres eram adequados ou não. Se os salários representavam a contribuição das mulheres à produção ou se os salários



constituíam um nível de renda de subsistência suficiente. Nestas posições estavam implícitos dois conceitos de salário: a ideia de produtividade e a ideia de subsistência.

Para algumas mulheres, prevalecia o entendimento de que eram menos produtivas, atribuindo essa diferença a menores possibilidades de acesso ao mercado de trabalho em decorrência de menor escolaridade.

Tratam-se das primeiras aproximações do que se tornaria conhecido, mais tarde, como as teorias de segmentação: o mercado de trabalho está estruturado de tal maneira que coexistem grupos de trabalhadores/as que não competem entre si, separados por razões setoriais ou geográficas.

Para Webb, a experiência de trabalho das mulheres, que passaram a substituir os homens durante a primeira guerra, foi fundamental para que o movimento por igualdade de condições de trabalho com os homens ganhasse força (Pujol, 1992).

As autoras, que participam deste debate, enfrentavam posições que sustentavam que os salários mais baixos das mulheres se deviam a suas menores necessidades de subsistência (Carrasco, 2008: 9).

Os salários mais baixos eram entendidos como resultado de suas necessidades de subsistência, que eram menores, uma vez que não tinham obrigações familiares. Trata-se de uma construção ideológica, uma vez que não havia bases materiais que comprovassem isso. Neste conceito está implícita uma ideia de mulher como força de trabalho secundária. Há, nitidamente, uma separação e hierarquização entre as esferas do público e do privado, da produção e da reprodução. Uma concepção de família nuclear, na qual o homem é o principal ou o único provedor e a mulher responsável pela esfera privada. Ou seja, a inserção das mulheres é sempre vista de forma complementar e está condicionada a essa lógica mais geral.

No entanto, o conceito de família mudou muito neste último século. Hoje, já não é mais possível falar de um padrão de família, constituída de pai, mãe e filhos, pois novos arranjos familiares se formaram. O número de mulheres chefes de família é uma realidade no mundo inteiro, especialmente nos países mais pobres. No Brasil, a proporção de mulheres como pessoa de referência dos arranjos familiares aumentou de 28% em 2002 para 38% em 2012 (PNAD - 2012).

2. A inserção das mulheres no mercado de trabalho no Brasil

Parece óbvio reconhecer que as mulheres, que já são mais da metade da população, estão menos presentes do que os homens no mundo público. No entanto, naturalizou-se de tal forma a exclusão das mulheres desses espaços, que sua ausência ainda continua sendo justificada por falsos argumentos, tais como a pouca presença das mulheres nas atividades econômicas mais estruturadas e organizadas, as interrupções em suas carreiras profissionais decorrentes da maternidade ou o desinteresse pelo espaço público.

No entanto, as opções profissionais para as mulheres são mediadas por vários fatores e muitos deles associados aos valores culturais sustentados pelo patriarcado, como a discriminação, a segregação profissional, que impedem o acesso a determinadas ocupações ou profissões por serem espaços tradicionalmente masculinos.

Certos tipos de emprego que, ocupados pelas mulheres, são caracterizados por grande instabilidade, informalidade, precariedade, baixos salários etc. Mesmo quando o emprego se dá no setor formal da economia, a falta de reconhecimento e de perspectiva profissional, bem como a baixa remuneração das mulheres, colabora para reduzir sua perspectiva de ascensão na empresa.

Outro fator fundamental refere-se ao machismo, uma vez que os espaços de comando são



considerados espaços masculinos. Para Alves (1999), as mulheres não se sentem habilitadas para a disputa de espaços de poder, na hora de discursar ou propor-se para determinados cargos, sentem-se melhor na execução de tarefas. Embora possa reconhecer-se que as mulheres apresentam maior dificuldade em se impor e disputar espaço pela condição a que foram submetidas historicamente, também é verdadeiro que os homens não cedem espaço espontaneamente.

A divisão sexual do trabalho, que define tarefas distintas e atribui papeis para homens e mulheres, que separa a esfera da produção da esfera da reprodução, que hierarquiza os valores masculinos e femininos e que considera "natural" que aquelas que estão no mercado de trabalho e que detém, na maioria das vezes, escolaridade mais elevada, não tenham as mesmas oportunidades. Aquelas que conquistam espaços são vistas muitas vezes como "assexuadas" ou como se estivessem fora de lugar.

A divisão sexual do trabalho ocorre, portanto, nas práticas cotidianas de nossa sociedade sob muitas formas. Uma de suas formas de expressão é que as mulheres são excluídas dos cargos e das posições mais relevantes. Por outro lado, se um cargo é ocupado por um homem, ele tem importância, se por uma mulher, muitas vezes é visto como burocrático.

Da mesma forma que as mulheres não ocupam postos de chefia ou não exercem posição considerada "de responsabilidade" nos locais de trabalho, também no sindicalismo e na política elas não estão presentes nas instâncias de direção.

Outro aspecto, que dificulta a participação das mulheres, se refere às responsabilidades pelas tarefas domésticas, na maioria das vezes não compartilhadas pelos seus companheiros e maridos. À incapacidade de combinar múltiplas tarefas, as mulheres defrontam-se, também, com obstáculos ideológicos e culturais que se manifestam não só no mundo exterior,

mas também no universo das relações pessoais e afetivas, com a falta de apoio da família.

A participação das mulheres no mundo do trabalho em condições mais favoráveis e em postos de comando, portanto, ainda está condicionada, em grande medida, à sua condição na estrutura familiar, pois a condição de solteira, divorciada ou viúva facilita a conciliação do espaço público com o privado.

Estudo recente publicado pela Harvard Business School indica que a grande maioria das mulheres, 74% entre 32 e 48 anos, continuou trabalhando depois de ter filhos, numa média de 52 horas por semana. Alega que o faz com muito mais sacrifícios e interrupções do que seus parceiros e 40% delas admitem que o trabalho dos maridos foi priorizado, enquanto suas carreiras se moveram mais lentamente ou estagnaram.

3. Análise dos dados sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho

Chegamos ao ano de 2013 com uma população de 156.597 milhões com 15 anos ou mais de idade, sendo que desse total 52% eram mulheres. Os 156.597 milhões estão divididos entre a população economicamente ativa (PEA) e não economicamente ativa (PNEA). A PEA totaliza 102.517 milhões e deste total temos 43,5% de mulheres. A PEA distribui-se entre a população ocupada e a população desempregada. No caso das mulheres, o total da população ocupada era de 40.870 milhões e desempregada de 3.780 milhões. Já a população não economicamente ativa era de 37.059 milhões de mulheres.

A população ocupada, por sua vez, está distribuída entre diferentes formas de inserção na ocupação. No caso específico das mulheres, do total de ocupadas temos 53,2% no trabalho formal, 22,1% no trabalho assalariado sem registro e 19,3% trabalhando por



Tabela 1
Participação da população de 15 anos ou mais por condição de atividade e sexo feminino

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	TOTAL (MILHÕES)	MULHERES (MILHÕES)
População com 15 anos ou mais	156.597	81.708
População Economicamente Ativa – PEA	102.517	44.649
População Ocupada Com carteira Sem carteira Conta própria		40.870 53,2% 22,1% 19,3%
População desempregada	6.637	3.780
População Não Economicamente Ativa	54.079	37.059

Fonte: IPNAD/2013 – IBGE

conta própria. Há um número significativo de mulheres em condições precárias, sendo esse percentual superior ao masculino.

A análise, que se segue, privilegiará as mu-

lheres assalariadas e com registro. Os dados foram obtidos através da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) do Ministério do Trabalho e Emprego e refere-se ao período de 2003 a 2013.

Tabela 2
Empregos formais por setor de atividade e sexo, 2003 e 2013

SETOR IBGE		2013				2003		
SEIORIBGE	Homens	Mulheres	Total	M/T	Homens	Mulheres	Total	M/T
Extrativa mineral	230.706	30.622	261.328	11,7%	112.701	10.079	122.780	8,2%
Indústria de transformação	5.650.492	2.641.029	8.291.521	31,9%	3.838.638	1.516.360	5.354.998	28,3%
Serviços industriais de utilidade pública	356.083	85.143	441.226	19,3%	266.677	52.367	319.044	16,4%
Construção Civil	2.645.361	246.566	2.891.927	8,5%	973.544	74.443	1.047.987	7,1%
Comércio	5.314.273	4.194.753	9.509.026	44,1%	3.152.810	1.965.227	5.118.037	38,4%
Serviços	8.739.925	7.978.563	16.718.488	47,7%	5.344.412	4.031.992	9.376.404	43,0%
Administração Pública	3.149.123	5.418.819	8.567.942	63,2%	2.404.670	3.959.231	6.363.901	62,2%
Agrop. extração vegetal, caça e pesca	1.223.136	256.005	1.479.141	17,3%	1.049.343	158.027	1.207.370	13,1%
Total	27.309.099	20.851.500	48.160.599	43,3%	17.142.795	11.767.726	28.910.521	40,7%



Tabela 3

Distribuição dos empregos formais por atividade e sexo

OFTOD IDOS		Hon	nens			Mulhe	eres	
SETOR IBGE	2013	l .	2003		2013		2003	
Extrativa mineral	230.706	0,8%	112.701	0,7%	30.622	0,1%	10.079	0,1%
Indústria de transformação	5.650.492	20,7%	3.838.638	22,4%	2.641.029	12,7%	1.516.360	12,9%
Serviços industriais de utilidade pública	356.083	1,3%	266.677	1,6%	85.143	0,4%	52.367	0,4%
Construção Civil	2.645.361	9,7%	973.544	5,7%	246.566	1,2%	74.443	0,6%
Comércio	5.314.273	19,5%	3.152.810	18,4%	4.194.753	20,1%	1.965.227	16,7%
Serviços	8.739.925	32,0%	5.344.412	31,2%	7.978.563	38,3%	4.031.992	34,3%
Adm. Pública	3.149.123	11,5%	2.404.670	14,0%	5.418.819	26,0%	3.959.231	33,6%
Agrop., extração vegetal, caça e pesca	1.223.136	4,5%	1.049.343	6,1%	256.005	1,2%	158.027	1,3%
Total	27.309.099	100,0%	17142.795	100,0%	20.851.500	100,0%	11.767.726	100,0%

Fonte: RAIS/2013 – IBGE – Ministério do Trabalho e Emprego

Esta década apresentou dados bastante positivos em relação ao mercado de trabalho de uma forma geral. Entre 2003 e 2013 foram criados 19.250 milhões de postos de trabalho com registro, desse total 47% foram gerados entre as mulheres.

A participação das mulheres cresceu em todos os setores de atividade analisados na Tabela 2. Dessa forma, a participação das mulheres no emprego com carteira de trabalho assinada passou de 40,7% para 43,3% na década. As taxas mais expressivas podem ser identificadas no setor de comércio, que pula de 38,4% para 44,1%, e no setor de serviços, com participação, em 2013, de 47,7%. Exceto para a administração pública, em que as mulheres são maioria, 63,2%, em 2013, nos demais setores a presença dos homens ainda é predominante, especialmente em setores tradicionais como a indústria de transformação, cuja presença feminina pouco evolui, de 28,3% em 2003 para

31,9% em 2013 e no setor de extrativa mineral e construção civil, com participações de 11,7% e 8,5%, respectivamente.

Nessa década, 2003 a 2013, a participação do emprego na construção civil para os homens cresceu de 5,7% para 9,7%, enquanto caiu sua participação na indústria de transformação de 22,4% para 20,7%, na administração pública, de 14,0% para 11,5% e no setor agropecuário de 6,1% para 4,5%. Entre as mulheres, foi na administração pública que se observou perda na participação, de forma mais acentuada, de 33,6% para 26,0%. A participação nos setores de comércio e serviços, por sua vez, cresceu de 51,0% para 58,4%, ou seja, nessa década, enquanto a construção civil respondeu por 16% dos empregos gerados entre os homens, em relação às mulheres, tivemos 68% dos empregos gerados no setor de comércio e serviços.



Tabela 4

Remuneração nominal média por setor e sexo

Setor - IBGE		2013		2003			
Setor - IBac	Mulheres	Homens	М/Н	Mulheres	Homens	M/H	
Extrativa mineral	5.075,64	5.075,16	100,0%	1.347,62	1.589,47	84,8%	
Indústria de transformação	1.485,17	2.288,02	64,9%	634,64	1.037,73	61,2%	
Serviços industriais de utilidade pública	3.046,49	3.547,73	85,9%	1.609,79	1.808,27	89,0%	
Construção Civil	1.858,42	1.755,74	105,8%	781,35	710,65	109,9%	
Comércio	1.231,38	1.526,63	80,7%	513,10	640,29	80,1%	
Serviços	1.785,03	2.264,47	78,8%	839,84	1.051,73	79,9%	
Administração Pública	2.553,75	3.417,28	74,7%	997,62	1.398,58	71,3%	
Agrop., extração vegetal, caça e pesca	1.075,12	1.313,71	81,8%	396,73	461,81	85,9%	
Total	1.837,58	2.207,31	83,2%	809,45	981,40	82,5%	

Fonte: RAIS/2013 – IBGE – Ministério do Trabalho e Emprego

As diferenças de remuneração média de homens e mulheres alteraram-se levemente no período analisado, de 82,5% para 83,2% na década. Em todos os setores – exceto na construção civil, em que o pequeno número de mulheres está concentrado em atividade melhor remunerada – para os demais as diferenças salariais permaneceram com alterações pontuais. Em alguns setores, essas diferenças ampliaram-se, a exemplo do setor de serviços industriais, agropecuária e mesmo no setor de serviços. O setor que apresentou melhor resultado foi a indústria de transformação, em que as diferenças salariais caíram de 61,2% para 64,9%.

Uma análise mais detalhada para os subsetores permite visualizar que segmentos apresentou evolução positiva em termos de emprego e salários, na comparação com os homens. A participação feminina cresceu em praticamente todos os segmentos, exceto para o setor de ensino, que se manteve praticamente inalterada (61,6%), na construção civil (8,5%) e na administração pública (58,9%). Setores com predominância de mulheres praticamente mantiveram-se com poucas alterações, a exemplo da indústria têxtil e de calçados. Mas é na indústria mecânica, metalúrgica, material de transporte e de mobiliário que cresce a presença de mulheres. Entretanto, a diferença salarial segue e amplia-se em alguns setores, a exemplo da indústria mecânica, material de transporte, madeira e mobiliário, papel e gráfica, instituição financeira, administração técnica profissional, transporte, comunicação e agricultura. Na indústria têxtil e de calçados ocorreu uma redução significativa nas diferenças de remuneração entre homens e



Tabela 5 Emprego e remuneração nominal média, por subsetores de atividade e sexo

CHROSTOR INCE	Empregos	s- % - M/T	Salários % - M/H		
SUBSETOR - IBGE	2013	2003	2013	2003	
Extrativa Mineral	11,7%	8,2%	100%	85%	
Prod. Mineral Não Metálico	13,1%	11,0%	98%	96%	
Indústria Metalúrgica	14,6%	10,7%	80%	77%	
Indústria Mecânica	19,0%	14,0%	72%	75%	
Elétrico e Comunicação	37,1%	32,6%	60%	57%	
Material de Transporte	15,0%	10,6%	75%	78%	
Madeira e Mobiliário	22,0%	15,8%	85%	90%	
Papel e Gráfico	31,9%	26,9%	80%	82%	
Borracha, Fumo, Couros	32,5%	29,4%	67%	63%	
Indústria Química	30,0%	27,8%	74%	66%	
Indústria Têxtil	63,9%	61,3%	70%	62%	
Indústria Calçados	52,8%	50,3%	78%	70%	
Alimentos e Bebidas	35,4%	27,7%	71%	72%	
Serviço Utilidade Pública	19,3%	16,4%	86%	89%	
Construção Civil	8,5%	7,1%	106%	110%	
Comércio Varejista	46,6%	40,5%	84%	83%	
Comércio Atacadista	31,5%	27,2%	85%	85%	
Instituição Financeira	53,2%	47,4%	66%	68%	
Adm. Técnica Profissional	39,2%	30,8%	78%	83%	
Transporte e Comunicações	19,9%	15,4%	89%	100%	
Aloj. Comunicação	57,2%	51,2%	80%	81%	
Médicos Odontológicos Vet	76,9%	74,9%	69%	69%	
Ensino	61,6%	61,6%	72%	71%	
Administração Pública	58,9%	57,1%	74%	70%	
Agricultura	17,3%	13,1%	82%	86%	
Total	42,8%	40,0%	82%	81%	

Fonte: RAIS/2013 – IBGE – Ministério do Trabalho e Emprego

mulheres. Os dados sugerem que, para os setores em que aumentou o abismo salarial, a inserção das mulheres deu-se em atividades menos qualificadas e de baixa remuneração. Uma análise mais detalhada

do perfil dessas ocupações, cruzando com escolaridade e tempo de permanência no trabalho, poderá indicar a existência de práticas de segregação ocupacional no ambiente de trabalho.



A seguir, passaremos analisar os dados por grupo ocupacional. As ocupações listadas na tabela 6 concentram 80% dos empregos gerados nessa década. A tabela apresenta as ocupações em que o crescimento das mulheres foi superior ao masculino no período compreendido entre 2003 e 2013, com destaque para os profissionais das ciências; já entre os trabalhadores em indústrias e instalações, o ritmo de crescimento foi menor, mesmo assim superior ao dos homens.

Tabela 6

Grupos ocupacionais com maior geração de empregos entre as mulheres comparativamente aos homens - 2003-2013

GRUPOS OCUPACIONAIS	Mulheres	Homens
	(2013-2003)	(2013-2003)
Dirigentes de empresas	112,1%	58,2%
Dir. e gerentes em empresa de serviços de saúde, da educação ou de serv. culturais	63,0%	44,9%
Gerentes	129,4%	67,8%
Profissionais das ciências exatas	146,6%	136,1%
Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins	113,8%	49,5%
Profissionais das ciências jurídicas	145,6%	83,1%
Profissionais das ciências sociais e humanas	133,7%	78,4%
Comunicadores, artistas e religiosos	111,1%	89,8%
Técnicos polivalentes	121,6%	105,2%
Técnicos em nível médio nas ciências administrativas	53,5%	41,7%
Outros técnicos de nível médio	184,1%	96,0%
Escriturários	66,0%	50,0%
Trabalhadores de atendimento ao público	131,5%	74,7%
Trabalhadores dos serviços	95,8%	51,5%
Vendedores e prestadores de serviços do comércio	106,5%	65,0%
Trabalhadores na exploração agropecuária	45,0%	2,2%
Trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal	426,5%	121,9%
Trabalhadores da transformação de metais e de compostos	182,5%	73,8%
Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins	22,6%	8,7%
Trab. nas ind. têxtil do curtimento, do vestuário e das artes gráficas	35,4%	15,5%
Trabalhadores de funções transversais	127,0%	82,7%
Trabalhadores em indústrias de processos contínuos e outras indústrias	65,6%	41,5%
Trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção	114,6%	44,6%
Trab. de instalações e máquinas de fabricação de celulose e papel	41,4%	7,4%
Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo	98,9%	45,7%
Operadores de produção, captação, tratamento e distribuição de energia, água e utilidades públicas	78,7%	38,8%
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção mecânica	102,8%	69,8%
Polimantenedores - manutenção e reparação mecânica	149,3%	69,4%



Na tabela 7 estão identificados 20% dos empregos gerados entre 2003 e 2013. Nesse conjunto de ocupações, o percentual dos homens foi superior. Em alguns casos ocorreu queda dos empregos, a exem-

plo dos setores ligados ao extrativismo, exploração agropecuária e outros como dos setores de reparação, conservação e manutenção. A queda foi para mulheres e homens.

Tabela 7

Grupos ocupacionais com menor geração de empregos para as mulheres comparativamente aos homens - 2003-2013

GRUPOS OCUPACIONAIS	Mulheres	Homens
GIRE OF OCCUPANT	(2013-2003)	(2013-2003)
Membros superiores e dirigentes do poder público	67,7%	73,0%
Pesquisadores e profissionais policientificos	142,4%	173,5%
Profissionais do ensino	41,0%	52,2%
Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia	26,5%	73,7%
Professores leigos e de nível médio	31,9%	68,7%
Técnicos em nível médio em serviços de transportes	78,1%	99,9%
Técnicos em nível médio dos serviços culturais,	52,2%	56.0%
das comunicações e dos desportos	02,270	00,070
Produtores na exploração agropecuária	-55,5%	-45,9%
Pescadores e extrativistas florestais	-2,4%	-12,5%
Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil	94,8%	130,7%
Montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais	-1,3%	14,1%
Trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário	12,8%	26,7%
Outros trabalhadores da conservação, manutenção e reparação	-56,6%	-39,8%
Trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica	71,2%	97,0%

Fonte: RAIS/2013 – IBGE – Ministério do Trabalho e Emprego

Nas três tabelas que seguem, foram analisadas as remunerações para homens e mulheres, a partir das ocupações selecionadas. Identificou-se a existência de três situações: ocupações em que as diferenças de remuneração entre mulheres e homens diminuíram, ocupações em que se ampliaram e as que se mantiveram praticamente inalteradas.

Os grupos ocupacionais descritos na tabela 8 representam 65% do total dos empregos,

em 2013. Observa-se uma redução nas diferenças de remuneração de forma positiva para as mulheres, sendo que em apenas uma ocupação as mulheres, no período analisado, passaram a ter remuneração superior à masculina: os professores leigos e de nível médio. Em alguns casos, a remuneração atinge à metade, a exemplo dos trabalhadores em indústrias de processo contínuo e de instalações e máquinas de fabricação de celulose e papel.



Tabela 8

Grupos ocupacionais em que diminuiu as diferenças salariais entre mulheres e homens

CRUPO OCUPACIONAL	Hom	ens	Mulh	neres	M/H	M/H
GRUPO OCUPACIONAL	2013	2003	2013	2003	2003	2013
Membros superiores e dirigentes do poder público	4.779,99	2.401,82	3.600,89	1.548,57	64%	75%
Diretores e gerentes em empresa de serviços de saúde, da educação ou de serviços culturais	5.121,39	2.178,94	3.750,03	1.540,32	71%	73%
Gerentes	5.248,12	2.595,20	3.504,79	1.574,14	61%	67%
Pesquisadores e profissionais policientíficos	9.305,06	4.514,93	7.904,54	3.230,20	72%	85%
Profissionais das ciências exatas	7.377,46	3.901,78	6.163,42	3.117,41	80%	84%
Profissionais do ensino	3.402,28	1.606,55	2.657,98	1.065,72	66%	78%
Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins	3.042,79	1.435,27	2.189,07	963,04	67%	72%
Professores leigos e de nível médio	1.796,35	848,66	1.991,40	783,84	92%	111%
Técnicos em nível médio de serviços de transportes	2.890,06	1.299,28	2.406,27	951,20	73%	83%
Técnicos em nível médio nas ciências administrativas	3.805,88	1.768,21	2.956,28	1.345,70	76%	78%
Outros técnicos de nível médio	3.053,67	1.618,94	2.215,74	1.087,92	67%	73%
Trabalhadores dos serviços	1.343,07	570,59	971,32	393,66	69%	72%
Vendedores e prestadores de serviços do comércio	1.433,56	597,27	1.147,40	457,84	77%	80%
Trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal	1.611,60	598,19	1.342,18	462,53	77%	83%
Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil	1.432,45	577,46	1.061,51	422,99	73%	74%
Trabalhadores da transformação de metais e de compostos	2.065,49	962,17	1.597,40	641,70	67%	77%
Trabalhadores nas indústrias têxtil do curtimento, do vestuário e das artes gráficas	1.342,72	617,93	944,11	399,58	65%	70%
Trabalhadores de funções transversais	1.516,54	688,30	1.026,28	458,52	67%	68%
Trabalhadores em indústrias de processos contínuos e outras indústrias	3.042,80	1.350,43	1.545,50	643,29	48%	51%
Trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose e papel	2.045,85	963,90	1.078,25	457,03	47%	53%
Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo	1.323,61	537,53	1.069,80	420,11	78%	81%
Operadores de produção, captação, tratamento e distribuição de energia, água e utilidades públicas	2.116,33	1.064,31	1.333,16	639,92	60%	63%



Na tabela 9 estão identificadas as ocupações em que aumentaram as diferenças salariais entre mulheres e homens. Elas representam 14% do total dos empregos em 2013. Não há um padrão a ser observado uma vez que as diferenças aumentaram tanto para ocupações bem remuneradas, quanto para os baixos salários.

Tabela 9 Grupos ocupacionais em que aumentaram as diferenças salariais entre mulheres e homens

GRUPO OCUPACIONAL	Hon	nens	Mulhe	M/H	M/H	
GROPO OCUPACIONAL	2013	2003	2013	2003	2003	2013
Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins	5.412,88	2.141,81	4.096,54	1.771,86	83%	76%
Profissionais das ciências jurídicas	11.080,75	5.460,67	9.067,56	4.947,45	91%	82%
Profissionais das ciências sociais e humanas	6.635,70	3.515,49	3.866,07	2.062,14	59%	58%
Comunicadores, artistas e religiosos	3.176,76	1.658,31	3.299,37	1.772,09	107%	104%
Técnicos polivalentes	3.254,18	1.261,42	2.498,54	979,85	78%	77%
Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, das saúde	2.103,18	895,74	1.683,65	747,16	83%	80%
Trabalhadores na exploração agropecuária	1.071,89	383,36	882,16	319,52	83%	82%
Pescadores e extrativistas florestais	1.083,49	384,13	894,05	332,94	87%	83%
Trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica	1.854,26	852,75	1.247,45	589,29	69%	67%
Montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais	2.064,72	892,85	1.320,71	623,93	70%	64%
Trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário	1.325,42	503,98	1.024,05	407,62	81%	77%
Trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção	1.620,29	743,62	1.143,76	543,72	73%	71%
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção mecânica	2.095,90	932,81	1.293,69	583,43	63%	62%
Polimantenedores - manutenção e reparação mecânica	2.511,13	1.193,03	1.553,22	816,01	68%	62%
Outros trabalhadores da conservação, manutenção e reparação	1.291,69	479,86	892,84	353,32	74%	69%

Fonte: RAIS/2013 – IBGE – Ministério do Trabalho e Emprego

veram inalterada as diferenças de remune-

Os grupos ocupacionais em que se manti- ração respondem por 21% dos empregos, em 2013.

Tabela 10 Grupos ocupacionais em que se mantiveram inalteradas as diferenças salariais entre mulheres e homens

GRUPO OCUPACIONAL	Hom	ens	Mulhe	eres	M/H	М/Н
ditor o dedracional	2013	2003	2013	2003	2003	2013
Dirigentes de empresas	13.094,20	6.321,00	5.519,61	2.631,63	42%	42%
Técnicos em nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos	2.226,91	1.005,69	1.398,41	634,94	63%	63%
Escriturários	2.218,36	1.058,07	1.857,33	891,27	84%	84%
Trabalhadores de atendimento ao público	1.310,99	621,28	1.050,16	497,94	80%	80%
Produtores na exploração agropecuária	1.019,68	492,40	918,65	440,73	90%	90%
Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins	1.375,03	566,27	1.040,05	430,61	76%	76%



No período analisado, mantêm-se a trajetória de elevação da escolaridade das mulheres em relação aos homens. Como já observado em outros estudos, elas são maioria entre os que detêm

mais de oito anos de estudo. Portanto, não se sustentam as teses que atribuem à baixa escolaridade como responsável pelas diferenças de remuneração entre homens e mulheres.

Tabela 11

Grupos ocupacionais em que se mantiveram inalteradas as diferenças salariais entre mulheres e homens

		Homens					Mulheres					
GRANDE SETOR - IBGE	Analfabeto até fundamental incompleto	Fundamental Completo até médio incompleto	Médio Completo	Superior incompleto e completo	Mestrado e Doutorado	Analfabeto até fundamental incompleto	Fundamental Completo até médio incompleto	Médio Completo	Superior incompleto e completo	Mestrado e Doutorado		
Extrativa mineral	16,3%	16,5%	46,5%	20,2%	0,5%	4,5%	8,7%	36,4%	49,2%	1,2%		
Indústria de transformação	18,5%	23,5%	47,0%	10,8%	0,2%	15,1%	23,6%	47,3%	13,9%	0,2%		
Serviços industriais de utilidade pública	23,3%	17,6%	40,9%	17,6%	0,6%	17,0%	12,7%	33,1%	35,9%	1,3%		
Construção Civil	32,0%	28,5%	34,6%	4,8%	0,1%	12,8%	16,8%	43,6%	26,5%	0,4%		
Comércio	10,6%	25,2%	56,1%	8,0%	0,1%	5,2%	17,6%	66,1%	11,1%	0,1%		
Serviços	13,4%	20,6%	44,4%	20,6%	1,1%	7,8%	14,3%	47,1%	29,7%	1,1%		
Administração Pública	10,9%	15,6%	37,3%	35,5%	0,7%	6,4%	9,0%	32,4%	51,1%	1,1%		
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	53,5%	23,8%	19,6%	3,0%	0,1%	42,2%	24,6%	25,4%	7,7%	0,1%		
Total	4.814.288	6.211.127	12.363.760	4.472.023	142.433	1.748.361	3.111.026	9.773.946	6.149.967	161.502		

Fonte: RAIS/2013 - IBGE - Ministério do Trabalho e Emprego

Considerações finais

Os avanços econômicos e sociais observados nessas duas últimas décadas são inegáveis. No bojo desse processo, deu-se a recuperação do mercado de trabalho, com o crescimento do trabalho assalariado formal, da renda do trabalho e, por conseguinte, a ampliação de sua participação no conjunto da renda nacional, simultaneamente à queda da pobreza e da desigualdade.

Entretanto, as desigualdades tanto salariais, quanto de inserção de homens e mulheres na estrutura produtiva praticamente não se alteraram. Trata-se de elementos estruturantes que em uma sociedade desigual e capitalista não se superam apenas por ação do crescimento da atividade econômica e pela ampliação do mercado de trabalho.



Referências bibliográficas

BALLARÍN, P & BIRRIEL, M.M. & MARTINEZ, C & ORTÍZ, T. Las Mujeres y la Historia de Europa. Agosto. 2010. http://www.helsinki.fi/science/xantippa/wes/wes1.html

CARRASCO, Cristina. La economía feminista: Una apuesta por otra economía. Estudios sobre género y economia, Maria Jesús Vara (coord.). Madrid: Ed. Akal, 2006.

______. Introducción: Hacia una Economía Feminista. In: Mujeres y economia. Nuevas perspectivas para viejos e nuevos problemas. (ed.) Cristina Carrasco. Barcelona: Icaria, 1999

CARRASCO. Luis Pizarro. La evolución del espacio domestico en la Europa contemporánea. http://www.photographicsocialvision.org/domestic/pdf/luis_pizarro_cast.pdf

CLARK. Alice. The working of women in the seventeenth century. Shaw research student of the London School of economics and Political Science. London: George Routledge & Sons, Ltd. New York: E.P. Dutton & co, 1919.

FERBER, Marianne. A. & NELSON, Julie .A. Más allá del hombre económico. Economía y teoría feminista. Universitat de Valéncia. Instituto de la Mujer. 1. edición. Ediciones Cátedra, 2004.

FRASER, Nancy. Multiculturalismo, antiesencialismo y democracia radical. Una genealogía del impasse actual en la teoría feminista.

FRIEDAN, Betty. Mística feminina. Rio de Janeiro: Ed. Vozes Ltda, 1971.

MARX, Karl & ENGELS Friedrich, Obras escolhidas. V.3. São Paulo: Editora Alfa-Omega

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich & Lenin. Sobre a Mulher. Praxis. 3. edição. São Paulo: Global Editor, 1981.

MARX. Karl. Formações econômicas précapitalistas. Introdução. HOBSBAWM. Eric. Coleção Pensamento Crítico. 4. edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1985.

PUJOL, Michele. A. Feminism and antifeminism in early economic thought. USA: Edward Elgar Publishing Limited, 1998.

ROWBOTHAM, Sheila. Women Resistence and Revolution. Nueva York: Vintage Books, 1974.

RUBERY, Jill & EMEREK, Ruth & FI-GUEIREDO, Hugo & GONZALEZ, Pi-lar & GONÄS, Lena. Indicadors on Gender Segregation. CETE – Centro de Estudos de Economia Industrial, do Trabalho e da Empresa. Faculdade de Economia, Universidade do Porto. January, 2003.

SCOTT, Joan.W. El género: una categoría útil para el análisis histórico. In: Historia y género: las mujeres en la Europa Moderna y contemporánea, James S. Amelang y Mary Nash (eds). Edicions Alfons el Magnàmim, Institució Valenciana d'Estudis i Investigació, 1990. 265-302.

	Igu	ıaldad ver	sus difere	ncia:
los usos de la	teoría	posestru	cturalista.	In:
Los usos de la	teoría	. Debate	feminista	n.5,
marzo, 1992.				

_____. O enigma da igualdade. Estudos feministas, Florianópolis, 13 (1): 216, janeiro- abril/2005.

el siglo XIX. DUBBY. C. & PERROT.M. (dirs) Historia de las mujeres en Occidente. Madrid: Taurus, 1993. 405-435.

TAYLOR, Harriet. (1851), "La liberación de las mujeres", en Gallego Abaroa, E (2005) Mujeres economistas 1816-1898. Madrid: Delta.



TAYLOR, Harriet. (1832), "Un ensayo temprano", en Hayek, F. A (1951) John Stuart Mill and Harriet Taylor. The friendship and Subsequent Marriage, Londres: Routledge.

ZARETSKY, Eli. Capitalism, the family and personal life. Nueva York: Harper and Row, 1976.

Sites

https://br.mulher.yahoo.com/blogs/mulheres-incriveis/a-culpa-nao-e-dos-filhos-e-do-marido-184536380.html

RAIS. 2013. Ministério do Trabalho e Emprego. http://portal.mte.gov.br/geral/estatisticas.htm

IBGE. http://www.ibge.gov.br/home/



Autora

Marilane Oliveira Teixeira é Economista, pesquisadora, assessora sindical e especialista no tema das relações de trabalho e gênero e doutoranda do programa de pós-graduação do IE/ UNICAMP.

Este estudo foi elaborado no âmbito do Projeto "Fortalecimento político das mulheres para garantir e ampliar direitos, promover a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica", referente ao Convênio 788202/2013 com a SPM-PR. O projeto conta com a parceria da SNMT/CUT e da FES.

Responsável

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil Av. Paulista, 2011 - 13° andar, conj. 1313 01311 -931 I São Paulo I SP I São Paulo www.fes.org.br

Friedrich Ebert Stiftung (FES)

A Fundação Friedrich Ebert é uma instituição alemã sem fins lucrativos, fundada em 1925. Leva o nome de Friedrich Ebert, primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, e está comprometida com o ideário da Democracia Social. Realiza atividades na Alemanha e no exterior, através de programas de formação política e de cooperação internacional. A FES conta com 18 escritórios na América Latina e organiza atividades em Cuba, Haiti e Paraguai, implementadas pelos escritórios dos países vizinhos.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Fundação Friedrich Ebert.

O uso comercial dos meios publicados pela Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) não é permitido sem a autorização por escrito da FES.

